

DIREITO E JUSTIÇA

Estudos dedicados ao
Professor Doutor

**Luís Alberto
Carvalho Fernandes**

Volume II

Índice

- 7 Plano da Obra
- 13 HENRIQUE SOUSA ANTUNES
Reflexões sobre o conceito de terceiros à luz da obrigatoriedade registal
- 31 JOANA VASCONCELOS
Sobre a protecção da vítima de violência doméstica no direito do trabalho português
- 57 JOÃO DE OLIVEIRA GERALDES
«Finis vitae» ou «ficta mortis»?
- 101 JOÃO LABAREDA
Contrato de garantia financeira e insolvência das partes contratantes
- 133 JOÃO ZENHA MARTINS
Cedência de praticantes desportivos profissionais: especificidades
- 173 JOSÉ CARLOS BRANDÃO PROENÇA
A desvinculação não motivada nos contratos de consumo: um verdadeiro direito de resolução?
- 221 JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS
O Animal: Coisa ou Tertium Genus?
- 257 JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES
Os Contratos no Código Comercial Português

- 299 JOSÉ LEBRE DE FREITAS
Do tribunal competente para a acção de responsabilidade de gerente ou administrador de sociedade comercial
- 317 JOSÉ LOBO MOUTINHO
A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido. O pós-Acórdão n.º 428/08 do Tribunal Constitucional
- 347 JÚLIO GOMES
Do fundamento do regime da prescrição dos créditos laborais
- 365 L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS
Notas sobre o penhor irregular
- 381 LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO
A responsabilidade civil por danos causados ao ambiente
- 401 MANUEL JANUÁRIO DA COSTA GOMES
A esfera de bens impenhoráveis e o status do devedor. Breves notas
- 419 MANUEL NOGUEIRA SERENS
O (Verdadeiro) Leitmotiv da Criação pelo Legislador Alemão das "Sociedades com Responsabilidade Limitada (Gesellschaften mit beschränkter Haftung)
- 459 MARIA DA GRAÇA TRIGO
Das presunções de culpa no regime de responsabilidade civil por acidente de viação
- 495 MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO
O Plano de Insolvência
- 523 MARIA JOÃO MATIAS FERNANDES
O direito aplicável aos negócios relativos a instrumentos financeiros: a disciplina introduzida pelo novo regulamento comunitário sobre a lei aplicável às obrigações contratuais («Roma I»)
- 573 MARIA D'OLIVEIRA MARTINS
Caracterização do artigo 22.º da Constituição como uma garantia institucional e algumas notas sobre o regime das garantias institucionais